

## **Exposição sobre a Moção “Pela Igualdade nas Classificações Finais nas Instituições de Ensino Superior”**

Análise ao Decreto-Lei 74/2006:

Como citado e bem pelos proponentes da Moção “Pela Igualdade nas Classificações Finais nas Instituições de Ensino Superior”:

- Artigo 12º n.º 3:
  - “Os coeficientes de ponderação são fixados pelas normas regulamentares a que se refere o artigo 14º”
  - Veja-se que neste artigo no que diz respeito a coeficientes de ponderação, estas são sempre e ultimamente descritas e qualificadas através de norma regulamentar. Significa supra que o critério de fixação fica a cargo do estabelecimento de ensino em causa.
- Artigo 14º:
  - Cita: “O órgão legal e estatutariamente competente de cada estabelecimento de ensino superior aprova as normas relativas às seguintes matérias:”
    - Veja-se, que por disposição legal é atribuída competência ao órgão competente do ensino superior para fixar os critérios de avaliação a verificar pela alínea a citar e explicar infra.
  - Alínea h): “Coeficientes de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final”
    - Significa tal preceito que é por disposição legal, o órgão competente para tal, fixar o coeficiente de ponderação e procedimentos para cálculo da classificação final.
    - Deste modo nunca se poderá considerar um estabelecimento de ensino superior incapaz de dimanar tais normas.

Contudo é no terceiro parágrafo da respectiva moção que começam as incoerências e divagações temáticas, havendo uma discrepância argumentativa e de certo modo um irregularidade terminológica.

Veja-se que os proponentes afirmam que “a média aritmética ponderada consiste no cálculo de média mediante a multiplicação de cada valor do conjunto pelo seu coeficiente de ponderação ou peso, isto é, a sua importância relativa; fixar os coeficientes de ponderação traduzir-se-á em determinar o peso relativo de cada uma das classificações obtidas nas unidades curriculares que integrem o plano de estudos (entendimento solicitado à Universidade do Porto”.

- É neste preciso momento que a irregularidade terminológica entra em questão. Conclusivamente os proponentes afirmam que o coeficiente de ponderação é o nº de ECTS ou créditos a fixar. Aí sim tem competência, segundo eles, o órgão competente do estabelecimento de ensino.
  - Contudo coeficiente por definição é produto de um ou mais fatores, convencionalmente escolhidos, de um monómio.

- Assim sendo a ponderação será sempre um monómio pelo qual se multiplica a nota final de uma cadeira – ou, por outras palavras, majoração. Concluindo-se de forma simples e clara que o **coeficiente de ponderação** é o monómio pelo qual se faz a multiplicação, ao contrário do que é afirmado na moção em questão. Em suma, de acordo com todas as disposições legais postas em causa pelos proponentes e levando em consideração a figura de coeficiente, as práticas em questão encontram-se em plenitude legal.
- Por último, tenha-se em atenção o artigo 3º alínea d) – “«Crédito» a unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas”
  - Novamente, apresenta-se um critério de distinção do referido “peso” ou ECTS ou crédito se quisermos ser coerentes.
  - Se fosse a vontade do legislador de reduzir a competência do estabelecimento de ensino conforme descrito na moção a terminologia a usar seria sim crédito e não coeficiente ponderado.
- Por último e de forma concludente, caso seja possível gostaríamos de pedir aos respectivos proponentes por escrito o entendimento solicitado à Universidade do Porto.
  - Requer-se tal documento em primeiro lugar pelo devido entendimento ser único, em todo o território nacional, e pelo simples facto de que todas as faculdades exemplificadas na moção têm um entendimento contrário.
  - É o pedido feito de igual modo para esclarecimento de ideias à Assembleia de ENDA.

Não bastando os argumentos anteriormente referidos, cabe-nos a defesa na desigualdade argumentada pelos proponentes.

Contrastam neste momento dois pontos, o acesso a segundos ciclos de estudo e as candidaturas de ingresso na carreira profissional, que se afirmam desequilibrados, violadores da igualdade e injustos.

- Esclareça-se em primeiro lugar o acesso e candidatura de ingresso na carreira profissional.
  - Os proponentes de tal moção claramente esqueceram-se de alguns dos pormenores que distinguem as próprias faculdades.
    - Primeiro, o plano curricular que é substancialmente diferente em todas as Faculdades de Direito no país.
    - Segundo, os recrutadores estão plenamente cientes do rácio da classificação final em termos qualitativos/quantitativos em cada faculdade, não havendo deste modo uma verdadeira desigualdade ou injustiça.
    - Por último, sendo as faculdades exemplificadas algumas das mais conceituadas do país justifica-se que haja uma possibilidade dos melhores académicos ingressarem nestas faculdades aumento significativamente a média das classificações finais.
- Finalmente, em relação ao acesso aos segundos ciclos de estudos:

- Tal como no ingresso à carreira profissional, novamente os estabelecimentos de ensino estão a par do rácio supra referido, de cada faculdade.
- Adite-se o facto de que as candidaturas a segundos ciclos de ensino, hoje, não dependem única e exclusivamente do carácter académico mas também do carácter social e pessoal de cada sujeito. Tal facto acredita-se com as quase imperativas entrevistas de acesso e entrega do curriculum vitae.

Neste seguimento, os próprios gráficos inseridos na moção não demonstram a realidade actual. Gráficos que datam 2 a 3 anos de existência não podem ser tomados em conta, como todos vós sabem, em 2 ou 3 anos pode a média de notas finais aumentar ou diminuir drasticamente.

Em jeito de conclusão, nunca poderemos nós, representantes de estudantes de direito, aceitar tal moção em sede de ENDA, sendo este um pequeno segmento dos estudantes nacionais (incorporando apenas os estudantes de direito). Assim deve este assunto ser tratado em sede de Conselho Nacional de Estudantes de Direito e nunca em ENDA.